

Por falta de recursos, ministérios podem paralisar serviços a partir de agosto

Sob pressão. Bloqueio de quase R\$ 30 bi no Orçamento e ausência de sinais de melhora na arrecadação ou de alívio nas despesas comprometem funcionamento de áreas como ciência e tecnologia, bolsas de estudos e o programa Minha Casa, Minha Vida

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli

O bloqueio de quase R\$ 30 bilhões nas despesas do Orçamento impõe uma espécie de “shutdown branco” aos ministérios por falta de recursos, uma paralisia da máquina pública que pode se agravar a partir de agosto. Algumas áreas sentem os efeitos do arrocho, como ciência e tecnologia, bolsas de estudos, repasses do Minha Casa, Minha Vida, tarifas bancárias, o Censo Demográfico e até mesmo os compromissos do governo brasileiro com organismos internacionais. A situação tende a piorar e afetar áreas mais sensíveis para a população, porque, até agora, a área econômica não vê sinal de melhora na arrecadação ou alívio significativo nas despesas.

Técnicos do governo ouvidos pelo Estadão/Broadcast avaliam que julho vai ser o mês limite para algumas pastas. É quando se prevê que não será possível barrar os efeitos mais nocivos do shutdown, como em 2017. Durante o governo Michel Temer, a população ficou sem emissão de passaporte, houve suspensão das atividades de escolta e fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e o atendimento das agências do INSS ficou prejudicado. A equipe econômica corre para buscar receitas e reduzir despesas, como de subsídios, mas já precisa resolver problemas mais imediatos, como a liberação de R\$ 2,8 bilhões para o Minha Casa Minha Vida, manutenção de estradas e atender a demandas dos caminhoneiros.

Para isso, terá de fazer um aperto adicional em outros ministérios. Diante da pressão do setor da construção, o Ministério da Economia precisou entrar em campo para evitar um estrangulamento financeiro das empresas, que estavam entregando as casas sem receber do governo.

A equipe econômica arrumou um extra de R\$ 800 milhões para o MCMV. Mas o ministro de Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, avisou que o dinheiro a mais acaba em junho. Os recursos para a área científica são os mais afetados com o corte de 42%. O funcionamento de agências como CNPq, Finep e Capes está ameaçado.

O presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, alertou que o dinheiro só garante o pagamento das bolsas de pesquisa até setembro. Em outras frentes, o governo já começou a dar calote: tem uma dívida de cerca de R\$ 400 milhões com a Caixa Econômica Federal em tarifas bancárias cobradas pelo banco para gerir os programas federais. Procurada, a Caixa não respondeu sobre os atrasos. O Brasil também tem dívidas que chegam a R\$ 4 bilhões com organismos internacionais, sendo cerca de R\$ 2 bilhões com a Organização das Nações Unidas (ONU). O passivo pode chegar a R\$ 6,2 bilhões até o fim deste ano, mas o Orçamento só prevê R\$ 532,9 milhões para esses pagamentos.

Sem desbloqueio, contas de órgãos não fecham

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O governo iniciou levantamento dos órgãos que sentirão com maior intensidade os efeitos da paralisação. O tema foi discutido pela Junta de Execução Orçamentária, que reúne Ministério da Economia e Casa Civil. Avaliação indica que poucos resistem até o fim do ano sem que haja desbloqueio das despesas contingenciadas. Por isso, o governo corre para garantir recursos do megaleilão do pré-sal, previsto para outubro. O coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV, Manoel Pires, destaca que, na apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, o governo reduziu ainda mais a previsão das despesas discricionárias (não obrigatórias) para este ano, de R\$ 90 bilhões para R\$ 86,1 bilhões, valor já considerado crítico para o funcionamento da máquina administrativa. Mesmo antes do corte, os órgãos já sentiram o

arrocho não só pelo fato de ser uma nova administração, mas pela restrição orçamentária, com reflexos no funcionamento de universidades, hospitais e na distribuição de livros didáticos.

“Há vários hospitais que não conseguem atender a população e o tempo médio que o brasileiro fica na fila aumenta”, diz. “Há vários elementos que indicam que, com esse nível de despesa discricionária, a gente está funcionando em algum nível de paralisia, de shutdown”, afirma o economista. Segundo ele, a situação é cada vez mais recorrente. O maior problema são os investimentos, que continuam no menor nível histórico. Para amenizar o quadro, o governo trabalha para garantir a privatização da Eletrobrás e o megaleilão das áreas do pré-sal ainda este ano. Só quando houver certeza de que esse dinheiro vai ingressar nos cofres do Tesouro, a equipe econômica poderá incluir os recursos na previsão do Orçamento.

Contas públicas têm o segundo pior março da série histórica

Rombo no mês ficou em R\$ 21,1 bi e deixa longe meta do ministro Paulo Guedes de zerar déficit primário ainda este ano

As contas do governo federal registraram rombo de R\$ 21,1 bilhões em março e deixaram ainda mais distante a promessa feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de zerar o déficit primário ainda neste ano. Resultado é o segundo pior para o mês da série histórica, que tem início em 1997. No primeiro trimestre, o resultado do governo central – que inclui Tesouro Nacional, INSS e Banco Central – está deficitário em R\$ 9,3 bilhões. A meta de gastos estipulada para este ano é de R\$ 139 bilhões. Há déficit quando receita com impostos e contribuições são inferiores às despesas, excluindo o pagamento com juros da dívida pública – conceito primário. Ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, reconheceu que é difícil o governo conseguir zerar o déficit nas contas públicas ainda este ano e disse não se lembrar da promessa feita por Guedes – que consta no plano de governo do então candidato à Presidência Jair Bolsonaro.

“Zerar déficit é só ao longo dos anos”, disse Mansueto. “Não me lembro de o ministro ter feito essa promessa. Vou checar isso.” Nem mesmo o dinheiro do megaleilão

de petróleo do pré-sal programado para este ano, que renderá R\$ 72 bilhões líquidos à União, pode ser suficiente para zerar o déficit. Em sumário executivo distribuído pelo Tesouro, o governo faz a avaliação de que, sem o leilão, um déficit em 2019 menor que no ano passado (R\$ 120,2 bilhões) “já seria um enorme ganho”, indicando as dificuldades da equipe econômica em assegurar a redução gradual do rombo nas contas. Em 12 meses, o governo central apresenta um déficit de R\$ 118,6 bilhões – equivalente a 1,68% do Produto Interno Bruto (PIB).

Em março, o valor só não foi pior porque foram pagos R\$ 2,8 bilhões em dividendos por estatais como Banco do Brasil e Caixa Econômica. Além disso, houve queda na despesa primária relacionada à dificuldade burocrática que os ministérios enfrentam para executar despesas, o chamado empoçamento, que já acumula R\$ 12 bilhões neste ano. Segundo Mansueto, o problema de 2019 é que a arrecadação está fraca – houve crescimento de apenas R\$ 226 milhões no 1.º trimestre em relação ao mesmo período de 2018, enquanto, no 1.º trimestre de 2018 havia subido R\$ 22 bilhões. Ele ressaltou, porém, que não está nos planos do governo a criação de novos tributos e reafirmou que o ajuste precisa ser

feito pelo lado da despesa, principalmente com a aprovação da reforma da Previdência.

Investimentos. Com crise, gastos mais sacrificados são os investimentos, que não são “amarrados” no Orçamento, por não serem obrigatórios. Sem instrumentos para controlar os avanços das despesas obrigatórias, como salários e benefícios previdenciários, o governo tem tido de sacrificar os investimentos públicos que devem ficar em 0,5% do PIB em 2019. Desde março de 2010, houve crescimento real de 38,1% nas despesas obrigatórias. Nos gastos discricionários, que incluem investimentos, houve queda de 2,6%, já descontada a inflação. “Fechar dois ou três ministérios pode até ajudar, mas é muito pouco”, disse Almeida.

Para o economista da Austin Rating, Alex Agostini, o resultado do primeiro trimestre acende uma luz amarela em relação à urgência de uma interação melhor do governo com o Legislativo, principalmente para fazer andar a reforma da Previdência. “O resultado de hoje reforça a necessidade de fazer um corpo a corpo com o Congresso para buscar o equilíbrio mais rapidamente”, disse. / LORENA RODRIGUES e I.T. COM COLABORAÇÃO DE BÁRBARA NASCIMENTO